

EFETIVANDO E CONCRETIZANDO DIREITOS CESA (CENTROS EDUCACIONAIS DE SANTO ANDRÉ)

GIRO, Emilce R. Gomes – SEFP/PSA - erggiro@santoandre.sp.gov.br

SANTOS, Cassia A. Manchini – SEFP/PSA – camsantos@santoandre.sp.gov.br

Resumo:

Os CESAs (Centros Educacionais de Santo André) são espaços públicos constituídos por Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Creches e Centros Comunitários, tendo em sua gestão a articulação da educação formal, não-formal e informal. Localizam-se em dez bairros da cidade, numa perspectiva de desenvolver uma Política de Educação Inclusiva e Integrada tendo como didática de atuação a transversalidade. A questão da diversidade social, econômica e cultural agregada a outras, identidades de gênero, raça e sexual fez com que o projeto observasse a necessidade de romper com guetos e permitir um novo olhar e, por conseqüência, a apropriação da comunidade de forma mais qualificada sobre o espaço público. Constituem-se objetivos do projeto: ressignificar os espaços públicos numa perspectiva de Cidade Educadora; promover espaços de referência e convivência para a comunidade, enquanto política pública afirmativa; fortalecer os canais de participação da comunidade.

Palavras-chave: Cidade Educadora, Educação Formal e Não-formal, participação, espaço público, comunidade.

CONTEXTO SOCIAL E URBANO:

Os CESAs estão localizados em 10 bairros da cidade, sendo estes em regiões periféricas com configurações sociais, econômicas e políticas heterogêneas, o que fez com que o Poder Público estabelecesse nestes equipamentos pólos de produção e difusão multiculturais.

No desenvolvimento do projeto até o momento constatou-se:

- Difusão de esporte, cultura e lazer nestes equipamentos públicos espalhados na cidade
- Ampliação da participação da comunidade nestes equipamentos superando as expectativas
- Envolvimento com projetos sociais (voluntariado/ ONGs/ interface com outras Secretarias...)
- Avaliação positiva dos serviços prestados pela comunidade, pais, alunos profissionais junto a estes equipamentos

- Melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas, especialmente 3ª idade.

1. INTRODUÇÃO

Muitas administrações públicas locais e instituições privadas que apoiam escolas públicas têm tentado implantar medidas ou projetos de melhoria da qualidade do ensino nas áreas de formação de professores, projetos educativos, melhoria de estrutura física e outros com resultados nem sempre satisfatórios ou pouco expressivos. Na maioria dos casos, constata-se que tais ações têm sido levadas a cabo de forma pontual e sem um correspondente esforço de articulação e desenvolvimento da capacidade gestora dos sistemas locais de ensino.

Esta é a hipótese da qual partimos, sem o fortalecimento da capacidade endógena e da autonomia dos municípios para a gestão de seus sistemas escolares não é possível aperfeiçoar meios e investimentos na qualidade do ensino, melhorar os resultados das escolas e, sobretudo, sustentar mudanças alcançadas.

BREVE HISTÓRICO:

Na década de 70 foram criados em Santo André os CEARS (Centros Educacionais Assistenciais e Recreativos). Por mais de dez anos foram administrados por Sociedades Amigos de Bairros e/ou Associações Desportivas, sendo cobradas taxas pelos cursos esportivos, utilização de quadras e piscinas.

Ao longo de sua história estes Centros Educacionais passaram por algumas fases em seu projeto original de integrar esporte, cultura e educação:

- 1989-1992 implantaram-se os Centros Comunitários ligados à SECE, na ocasião Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na perspectiva da democratização da gestão com a criação das Comissões de Usuários.
- 1993-1996 interromperam-se os projetos e foram desarticulados os conselhos e comissões. Estes espaços (EMEI e Centro Comunitário) trabalhavam desarticuladamente, embora na mesma secretaria.
- 1997-2000 a Secretaria de Educação dividiu-se em duas, Secretaria de Educação e Formação Profissional e Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer. Nesta ocasião os Centros Comunitários ficaram na SCEL.

- 2001-2004 frente às várias dificuldades de ordem administrativa que acarretaram conseqüências na manutenção dos equipamentos, bem como na oferta de atividades culturais, criou-se um grupo matricial para elaborar um projeto que apontasse alternativas para estes espaços que resultou na implantação dos "Centros Educacionais de Santo André" - CESAs. Contou com a participação de membros das secretarias de Administração; Esporte Cultura e Lazer; Obras e Serviços Públicos e Educação e Formação Profissional. Este grupo teve como desafio planejar todas as intervenções nos espaços, tanto física como administrativas, e definir sua atuação dentro das comunidades.

CONCEITO

Os Centros Educacionais de Santo André, a partir do contexto acima, constituem-se por um conjunto de instalações associadas, compreendendo a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF), Creche e Centro Comunitário. São, portanto, complexos de instalações e espaços de convivência atendendo à comunidade local, nos quais são desenvolvidas programações educativas e socioculturais que fazem parte de uma política pública afirmativa.

Importante ressaltar que o projeto tem sua origem em uma demanda da cidade de cuidar e aperfeiçoar recursos no campo educacional, entendendo realizar através deste projeto um espectro mais amplo de educação. Resignificar estes espaços num formato de cidade educadora configurou o principal objetivo do projeto CESAs.

A criação e o processo de estruturação dos "Centros Educacionais de Santo André" – CESAs - parte da Política de Educação Inclusiva existente no município, (política educacional implementada na rede de ensino desde 1997). Vale destacar aqui a continuidade desta política educacional e de governo por três gestões consecutivas, uma particularidade da Administração do município que tem reflexos nos resultados conquistados. A implantação do projeto CESAs efetiva-se na gestão 2001-2004 e constitui-se como espaço de educação nas dimensões: Formal, Não Formal e Informal.

Uma política de Educação Inclusiva deve reconhecer e responder as diversas dificuldades enfrentadas por seus alunos, nos aspectos de tempos e ritmos diferenciados, identidades culturais distintas e condições sociais e econômicas dispare. Deve utilizar programas, projetos e métodos que permitam ao indivíduo, transformar-se em sujeitos,

constituir-se enquanto pessoa, transformar a realidade e estabelecer relações de reciprocidade, ou ainda, capaz de fazer a cultura e a história de seu tempo.

Estes equipamentos foram concebidos como espaços educacionais, bem como espaços de convivência para a comunidade onde a escola está inserida, permitindo uma nova relação e concepção destes espaços, possibilitando transformá-los em referências afirmativas para a população de Santo André. Nesta perspectiva se fez necessário uma transformação na ordem estrutural, cultural e hierárquica das instituições escolares no sentido de se inaugurar novas práticas docentes e de relação da comunidade com a escola.

Uma sociedade heterogênea, tanto em valores, como em suas configurações sociais, econômicas, políticas e de consciências étnicas coletivas, faz com que o poder público estabeleça nos equipamentos uma estrutura que permita a esta diversidade a construção de uma cidade educadora em suas raízes. Portanto, os Centros Educacionais, locais de aglutinação desta diversidade, devem estar preparados para oferecer serviços que subsidiem a produção e difusão coletiva de uma sociedade multicultural, como a brasileira.

A proposta desenvolvida, pretende contribuir com a formação individual, bem como coletiva dos alunos e da comunidade na qual a escola está inserida, fazendo desta lógica uma forma de administrar a educação com o olhar para a cidade e seus municípios, ou seja, não perdendo de vista a formação de um sujeito capaz de construir e produzir conhecimentos; um sujeito capaz de buscar a origem dos problemas e propor alternativas de soluções refletindo criticamente quanto aos valores que permeiam as ações e a participação dos indivíduos na sociedade.

Na perspectiva de entendimento sobre as diretrizes que norteiam a Educação Inclusiva fica expressa, nesta configuração de espaço educativo, uma política educacional que investe na qualidade social do atendimento na educação a partir destes pressupostos: inclusão social e espaço público constituído para sedimentar a organização das comunidades, basta citarem as organizações da juventude, de gênero e da 3ª idade que hoje começam a se identificar e se apropriar dos Centros Educacionais. Isto sem a abstenção do Estado de seu papel de promotor e não apenas regulador ou controlador, baseadas na crença neoliberal da incapacidade dos sistemas públicos de gerir seus sistemas.

No projeto além das ações educacionais, propriamente ditas, da educação formal a amplitude se daria na atuação da educação não formal e informal, levando até as

comunidades além de esporte, cultura e lazer, possibilidades de ações comunitárias e de participação popular.

Cabe aqui o que este projeto entende por educação formal, ou seja, aquela desenvolvida nas escolas com conteúdos previamente demarcados, com organizações de vários tipos tais como: idade, áreas de conhecimento, atividades curriculares, entre outras. Já a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas, onde a participação dos indivíduos é optativa e sofre forças das circunstâncias da vivência histórica de cada um.

A informal, por sua vez, define-se como aquela onde os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, no bairro, clube, na igreja e que está carregada de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos.

2. ESTRUTURA FÍSICA

Os Centros Educacionais de Santo André localizam-se em dez bairros da cidade, numa perspectiva de desenvolver uma Política de Educação Inclusiva e Integrada tendo como didática de atuação a transversalidade.

A questão da diversidade social, econômica e cultural agregada a outras, identidades de gênero, raça e sexual fez com que o projeto observasse a necessidade de romper com guetos e permitir um novo olhar e, por consequência, a apropriação da comunidade de forma mais qualificada sobre a coisa pública. Revigorar os espaços físicos com a criação das áreas de convivência e um novo paisagismo constituiu-se numa intervenção e ressignificação nos espaços públicos nos diversos bairros da cidade onde foi implantado o projeto dos Centros Educacionais.

A constituição física procura integrar aspectos da educação formal e não formal, que eram vistos isoladamente, uma vez que os espaços também educam, utilizando as linguagens da cultura, do esporte e do lazer como aspectos para a construção da formação dos sujeitos e dos coletivos nas comunidades locais.

As instalações físicas dos CESAs, portanto, contam com:

- 10 bibliotecas
- 29 salas multiuso
- 13 laboratórios de informática
- 21 quadras (sendo 9 cobertas)
- 11 piscinas

- 3 auditórios
- 6 campos de futebol (distritais)
- pistas de skate
- playgrounds
- praças de convivência
- pistas de caminhada
- áreas de ginástica

Cada equipamento tem sua particularidade e um projeto arquitetônico e paisagístico que procurou integrar os espaços já existentes: Escola, Creche, Centro Comunitário e Biblioteca Pública.

Em anexo (anexo1) a este texto há a relação dos CESAs com a área ocupada pelo equipamento, número de habitantes do bairro e a população atendida na educação formal, não-formal e informal (mês de referência-abril/2008, por representar um mês no qual todas as atividades estão em andamento).

É importante perceber, por meio deste quadro, que estes equipamentos traduzem um atendimento muito além da educação formal. Fato este que retrata e reafirma estes locais como espaços aglutinadores de diversos públicos e com possibilidades formativas ampliadas. Sendo assim, a participação do cidadão e o exercício de sua cidadania no campo educacional estão vinculados a uma compreensão mais ampla das dimensões política, social, econômica e cultural. Seu pressuposto democrático está ligado à função social destes Centros Educacionais na cidade.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Constituídos por Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEFs), Centros Comunitários, Bibliotecas e em alguns casos Creches, os Centros Educacionais de Santo André exigiram uma diversificada gama de reformulações na estrutura organizacional e intervenções estruturais e paisagísticas.

A transversalidade e a interdisciplinaridade marcaram as práticas de todo trabalho com o conhecimento e a constituição dos espaços, visando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros no decurso da história destes espaços escolares e esportivos.

Concretizar o diálogo com as comunidades explicando o conceito de um espaço aberto, com visibilidade e acesso da população pode parecer, à primeira vista, algo simples, contudo se tornou um dos desafios do projeto. Foi preciso vencer os medos e

explorar as capacidades das equipes e população de seu potencial de construção e convivência nestes equipamentos reformulados. Um trabalho que exigiu teorias focadas neste conceito e muito trabalho coletivo, envolvendo as equipes de trabalhos das unidades escolares, pais, entidades e lideranças locais. Em alguns casos tratava-se de quebrar hegemonias e instaurar outras formas de organização.

Exigiu um trabalho sistemático, abrangente e integrado no decorrer de todo processo de implantação, pois se tratava de reformular não só a estrutura física, mas também toda a gama de atividades e processos administrativos de funcionamento. Com o empenho das Secretarias envolvidas (SEFP- Secretaria de Educação e Formação Profissional, SCEL – Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, SOSP – Secretaria de Obras e Serviços Públicos) e equipes locais de trabalho, algumas ações foram necessárias:

- Organização dos espaços - administrativo e pedagógico.
- Política de atendimento unificada atendendo os pressupostos da Educação Inclusiva nas Creches, EMEIEFs e Centros Comunitários, buscando interlocução com demais projetos do Governo Municipal.
- Plano de formação continuada – equipes diretivas, professores das várias áreas, guardas civis municipais, monitores, oficinairos, estagiários, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais - com o objetivo de criar espaços de reflexão e organização do trabalho.
- Reforma/Paisagismo: pintura, hidráulica, elétrica, alvenaria, plantação de várias espécies de vegetação, criação das áreas de convivência, instalação de aparelhos de ginástica e novos brinquedos para os vários playground, ampliação das áreas de piscinas e substituição dos muros por alambrados, com visibilidade do espaço público.
- Segurança: instalação de iluminação externa de alta potência, construção dos Postos de Atendimento Comunitário, atuação presencial da Guarda Civil Municipal e monitoramento eletrônico nos prédios.
- Estabelecer uma gestão democrática nestes locais primando pela participação efetiva e organizada da comunidade com o objetivo da apropriação dos espaços de maneira saudável e pacífica.

As instalações e as programações são atualmente administradas de forma integrada, centralizada na Secretaria de Educação e Formação Profissional

(Coordenadoria de Projetos Especiais), equacionando a utilização dos recursos e os procedimentos técnicos e operacionais sob uma única estrutura gerencial e programática.

Creches e Escolas Municipais possuem seu Conselho Escolar eleito e regido por lei específica dos Conselhos Escolares Municipais. Os Centros Comunitários, por sua vez, possuem comissões de usuários, porém ainda não constituindo sistemática e formalmente um Conselho. A necessidade observada nesta questão é uma reformulação da constituição dos Conselhos, ou mesmo, sua fusão em um Conselho do CESA com normas específicas.

Atualmente os Centros Educacionais atendem, segundo dados de atendimento de **maio/2008**, aproximadamente 677 turmas entre várias atividades de cultura, esporte, lazer e projetos sociais em 10 CESAs que atendem alunos das escolas, bem como a comunidade.

Neste mesmo período, tivemos aproximadamente 75 mil atendimentos nestes equipamentos, incluindo além dos cursos as atividades livres, recreação, recreação nas piscinas e consulta nas bibliotecas.

Entre cursos com alunos e comunidade somam 15 mil atendimentos, incluindo a educação física escolar (Vivências do Movimento). Nas bibliotecas foram 12.483 consultas/pesquisas, na recreação e nas atividades livres somam-se 48 mil atendimentos.

Com esta apresentação, tentamos evidenciar o fluxo de atendimento nestes locais, aglutinando uma diversidade de público com suas identidades, dimensões e condições tão diferenciadas.

Para ser mais preciso atendemos nas faixas etárias, em atividades diversas:

- ✓ até 12 anos cerca de 29.517 atendimentos;
- ✓ de 13 a 16 anos são 14.805 atendimentos;
- ✓ de 17 a 25 anos são 11.396 atendimentos;
- ✓ de 25 a 60 anos 8.697 atendimentos e
- ✓ acima de 60 anos são 2.574 atendimentos.

Se verificarmos estes dados, podemos perceber que o público adolescente e jovem são os que mais freqüentam estes locais. Com isto, precisamos focar especialmente nosso olhar para este público tanto em relação à programação, como também nas formas de diálogo e encaminhamentos necessários para casos de vulnerabilidade.

A partir destes pressupostos estabelecidos pela política educacional do município de Santo André algumas condições fundamentais deverão ser consideradas na organização dos CESAs, principalmente no que diz respeito ao trato com a comunidade, funcionários e alunos, para realizarmos um trabalho de prevenção tanto na formação com os vários segmentos, como também na preservação do espaço físico.

Fez-se necessário primar para que:

- ✓ As relações no interior da escola promovam a elaboração coletiva de normas de convivência, desenvolvendo mais a capacidade de ouvir o outro e a solução de conflitos pela via do diálogo e da construção de sínteses, sem violência ou autoritarismo;
- ✓ Os valores e princípios éticos incorporados possam conceber a solidariedade, respeito, compromisso, cooperação no cotidiano dos equipamentos;
- ✓ A identidade cultural dos alunos e da comunidade seja valorizada nas ações desenvolvidas.

A partir destas considerações é essencial que se desenvolva um trabalho de formação junto às equipes/segmentos que compõem os CESAs. Oferecendo suporte técnico frente às demandas dos locais no que se refere à temática violência em suas múltiplas faces, tendo em vista o alcance de caminhos alternativos na perspectiva de defesa incondicional da vida.

Desta forma estipulam-se alguns objetivos para a execução do projeto nos locais:

- ✓ Preparar os profissionais das unidades escolares para enfrentarem as questões da violência em suas múltiplas faces e causas de forma pedagógica;
- ✓ Desenvolver ações diretas nestas unidades sempre que solicitado ou quando se apresentar uma situação de risco;
- ✓ Transformar as unidades em local de reflexão sobre a violência com a formação de comissões específicas com pessoas interessadas em debater o tema.

Tendo em vista estes objetivos nos pautamos em realizar um plano de formação que vise:

- Estabelecer diálogos sistemáticos com os vários grupos sociais que freqüentam os CESAs;
- Estabelecer grupos de estudos sobre a temática violência com pessoas interessadas;

- Fomentar um diálogo constante entre Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Governo por meio do Núcleo de Gênero, Geração, Raça e Pessoa com Deficiência e Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Prevenção à Violência Urbana e Guarda Municipal, para tratar de casos graves de dependência química, bem como para os casos de situação de risco e vulnerabilidade, para os devidos encaminhamentos;
- Realizar reuniões periódicas com as equipes de trabalho, essencialmente Equipe Diretiva, Guardas Civis Municipais e funcionários;
- Promover encontros de formação mensais com os Guardas Municipais com o intuito de diagnosticar problemas, propor alternativas de atuação e avaliar sempre as medidas tomadas, na perspectiva de formar guardas educadores

FORMAÇÃO FUNCIONÁRIOS

No conjunto da proposta de formação dos vários segmentos nas unidades dos Centros Educacionais encontra-se a questão de formação permanente dos funcionários. Entende-se que para que um trabalho de qualidade aconteça todos os atores devam conhecer a natureza de sua função e quais objetivos o tornam necessário.

Para tanto, as equipes diretivas de cada CESA organizam ações formativas que articulam as demandas observadas na atuação dos funcionários em relação ao atendimento à comunidade, apresentação pessoal e limpeza e conservação dos equipamentos ao conceito de trabalho integrado ao de esporte, cultura e lazer, num processo de formação permanente.

Importante ressaltar que a caracterização destes grupos de funcionários nos leva a fazer uma opção por um trabalho pautado na inclusão social, também destes atores, uma vez que grande parte integra a equipe de GTIS (grupo de trabalho de interesse social), projeto de governo municipal na geração de trabalho e inclusão social.

Portanto, estas ações formativas partem do princípio de criar grupos de formação com funcionários operacionais para reflexão de assuntos pertinentes aos seus interesses cotidianos e que, muitas vezes, giram em torno da baixa auto-estima em decorrência da condição econômica, social, cultural. E também tratar de técnicas mais eficientes e econômicas de limpeza e conservação dos espaços.

Há o esforço de aumento de escolaridade destes funcionários, através da matrícula e frequência às aulas da Educação de Jovens e Adultos existentes nas unidades ou nos Centros Profissionalizantes do município.

FORMAÇÃO GUARDA MUNICIPAL

Quando se trata de pensar em segurança em espaços públicos de educação, esporte, cultura e lazer há que se considerar a natureza destes equipamentos. Seu objetivo principal é aglutinar a comunidade em atividades promotoras de uma cultura de convivência e de desenvolvimento humano. Portanto, capacitar seus atores para esta tarefa faz-se imprescindível.

Atuando nestes espaços públicos temos a Guarda Civil Municipal, cujo objetivo é proteger o patrimônio. Para além do cuidado com o patrimônio, o objetivo do trabalho nos Centros Educacionais exige uma condição de articulação com as comunidades.

A segurança foi organizada por monitoramento eletrônico, iluminação externa de alta potência, construção dos Postos de Atendimento Comunitário e atuação presencial da Guarda Civil Municipal.

Com a atuação permanente dos guardas civis municipais, buscamos um contato mais humanizado da observação e orientação, que trabalha de forma conjugada com a equipe diretiva local, promovendo a melhor utilização e apropriação dos espaços pelas comunidades.

Na organização de uma formação permanente com estes profissionais propomos um estudo sobre o perfil dos diferentes usuários, em especial o público adolescente, considerando os jovens como beneficiários dos serviços e atores estratégicos para o desenvolvimento das ações nos Centros Educacionais.

Em resumo, identificar jovens lideranças, atuar com jovens em situação de vulnerabilidade social, bem como ter intervenções afirmativas trabalhando por uma cultura de paz compõem os objetivos desta proposta formativa para os profissionais da Guarda Municipal. Também não se dispensa a integração destes profissionais na agenda de planejamento dos equipamentos, participando das reuniões com as equipes diretivas locais.

FORMAÇÃO DE GESTORES

Muitas administrações públicas locais e instituições privadas que apóiam escolas públicas têm tentado implantar medidas ou projetos de melhoria da qualidade do ensino nas várias áreas de formação de professores, melhorias de estrutura e participação da comunidade com resultados nem sempre satisfatórios ou pouco expressivos. Na maioria dos casos, constata-se que tais ações têm sido levadas a cabo de forma pontual, sem um correspondente esforço de articulação e desenvolvimento da capacidade gestora dos sistemas locais de ensino.

Nosso objetivo com os encontros de gestores das Unidades que compõem os CESAs consiste em promover a ampliação do conceito de inclusão social e trabalho integrado entre Educação Formal, Não-Formal e Informal, questões que se fazem necessárias frente ao desafio de uma nova formulação de política educacional.

Um sistema educacional conduzido a partir destes princípios de gestão sedimenta gradualmente três condições fundamentais para a geração dos resultados esperados:

1) Clareza coletiva de rumos – O sistema sabe qual é sua função e quais são os resultados que pretende atingir e estimula o compromisso com os rumos definidos.

- Coordenação de grupos de formação na unidade (continuidade de ação).
- Melhoria da capacidade de desenvolver ações propositivas.
- Promoção da convivência e da comunicação no espaço.
- Aperfeiçoamento de aspectos éticos e estéticos do trabalho na unidade.

2) Adequação entre meios e fins – O sistema consegue mobilizar e articular recursos materiais, tecnológicos, humanos e culturais apropriados para o alcance de seus objetivos.

- Periodicidade para as reuniões de equipe local.
- Técnicas de planejamento das ações nas unidades.
- Gerenciamento comum do espaço.
- Organização da questão operacional da unidade (tarefas e responsáveis).
- Previsão e adequação de materiais e programação.
- Intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre unidades.
- Acompanhamento pedagógico das ações educativas.

3) Co-responsabilidade pelos resultados – O sistema estabelece um padrão ético e participativo de interação e tomada de decisões, atua com transparência na avaliação

de resultados e promove a responsabilidade dos diversos agentes (escolas, pais, comunidade, alunos) na busca de resultados.

- Aprimorar canal de comunicação com lideranças locais (juventude, 3ª idade, associações, etc.)
- Consolidação e expansão da política cultural da instituição.
- Intervenções afirmativas e desenvolvimento de cultura de paz.
- Mecanismos de estímulo à participação juvenil.
- Identificação e mapeamento de focos de interesse na programação.
- Acompanhamento e avaliação permanente (instrumentos de registro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: Pitágoras, 2003.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar, Ética do humano** – compaixão pela terra. Petrópolis. Vozes, 1999.

BROTO, Fábio. **Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. São Paulo: Editora Edusp, 1992.

_____. **Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como um Exercício de Convivência**. São Paulo: Projeto Cooperação, 2001.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, Vozes, 2003.

CORTELLA, Mário Sergio. **A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo. Cortez, 1998.

FISCHER, Ernest. **A Necessidade da Arte**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Pela Vida não à Violência**. Santo André, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 26º ed. Petrópolis: Vozes, 1987

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 7ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra S/A, 1998.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo e SHOR, **Ira. Medo e Ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas Públicas Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (orgs). **Cidade Educadora**: princípios e experiências: São Paulo: Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). 2ª ed. **A Cidadania Negada**: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 71ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 1998.

KRAMER, Sônia. **Por entre as Pedras**: Arma e Sonho na Escola. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. 11ª ed. São Paulo: Papyrus, 1987.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico, como construir o projeto-pedagógico da escola**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Brasília. 3ª ed., vl. 8, 2001.

Pronunciamento: **“Os Quatro Pilares da Educação: O seu Papel no Desenvolvimento Humano”** – São Paulo, 13 de junho de 2003. Disponível em: www.unesco.org.br/noticias/opiniao. Acesso em 13 mar.2005.

PARO, Vitor Henrique. **Por Dentro da Escola Pública**. 3ª ed. São Paulo. Xama, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação Inclusiva Plano 1997. Revista Estação Gente**. Santo André.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação Inclusiva Plano 1998. Revista Estação Gente**. Santo André.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação Inclusiva Plano 1999. Revista Estação Gente**. Santo André.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação Inclusiva Plano 2000. Revista Estação Gente**. Santo André.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Educação Inclusiva Plano 2003. Revista Gestão Democrática da Educação.** Santo André.

RIOS, Terezinha Azevêdo. **Ética e Competência.** 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a Prática.** 3ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional.** 1ª ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SERRANO, Gloria Perez. **Educação em Valores, como educar para a Democracia.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2002.

TONOBOHN, Elisabete. **Centros Educacionais de Santo André: paradigma de uma política pública de educação integrada e inclusiva.** Centro Universitário Fundação Santo André - monografia, 2005.